

# A Interação do Direito Administrativo com o Direito Civil

Ação de Formação Contínua Tipo A | Lisboa, 26 de fevereiro de 2016 | Auditório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Campo das Cebolas, Lisboa

**Destinatários:** Juízes, Magistrados do Ministério Público, Advogados e outros profissionais da área forense

## 09h45 ABERTURA

Direção do CEJ

## 10h00 As Implicações Civilísticas do Novo Regime Jurídico da Estruturação Fundiária, estabelecido pela Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto

*João Alves, Procurador da República na 2.ª Secção cível (Almada) da Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa'*

## 10h45 Loteamento, Reparcelamento e Destaques

*Fernanda Paula Oliveira, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

## 11h30 PAUSA

## 11h45 Usucapião, Acesso Industrial Imobiliária e Construção Clandestina

*José Fernando de Salazar Casanova Abrantes, Juiz Conselheiro e Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça*

## 12h30 DEBATE

**Moderação:** Laurinda Gemas, Juíza de Direito e Docente do CEJ

## 13h00 PAUSA PARA ALMOÇO

## 14h30 O Domínio Público Hídrico

*Manuel António Bargado, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora*

## 15h15 Os Limites da Competência dos Tribunais Judiciais e dos TAF: Acidentes de Viação, Responsabilidade Hospitalar e Cobrança de Dívidas através de Injunção

*Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro, Juíza Desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte*

## 16h00 DEBATE

**Moderação:** Gabriela Cunha Rodrigues, Juíza de Direito e Docente do CEJ

## 16h30 ENCERRAMENTO

### Objetivos :

- Análise de problemáticas atinentes à propriedade fundiária, designadamente o fracionamento de prédios e a estruturação fundiária.
- Abordagem dos conflitos de jurisdição mais prementes em áreas como a responsabilidade civil hospitalar, os acidentes de viação e o domínio público hídrico.